

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

GIULIANA ARAÚJO DE SOUSA

**A TRAJETÓRIA DE VIDA E FORMAÇÃO DE UM ALUNO SURDO DO
CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
MARANHÃO**

Imperatriz
2020

GIULIANA ARAÚJO DE SOUSA

**A TRAJETÓRIA DE VIDA E FORMAÇÃO DE UM ALUNO SURDO DO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Universidade Federal do Maranhão - Campus Centro de
Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia para obtenção do
grau de Licenciatura em Pedagogia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura

Imperatriz
2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a)
autor(a).

Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Sousa, Giuliana Araújo de.

A Trajetória de Vida e Formação de um Aluno Surdo do Curso de
Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão / Giuliana Araújo de Sousa.
- 2020.

36 f.

Orientador(a): Jónata Ferreira de Moura. Monografia
(Graduação) - Curso de Pedagogia,

Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do
Maranhão, 2020.

1. Ensino Superior. 2. Surdez. 3. Trajetória de vida e
formação. I. Moura, Jónata Ferreira de. II. Título.

GIULIANA ARAÚJO DE SOUSA

**A TRAJETÓRIA DE VIDA E FORMAÇÃO DE UM ALUNO SURDO DO CURSO DE
PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Universidade Federal do Maranhão - Campus Centro de
Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia para obtenção do
grau de Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jónata Ferreira de Moura (Orientador)

Doutor em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Esp. Neylson Oliveira da Silva

Especialista em Libras
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Esp. Carlos Humberto Silva de Sousa

Especialista em Educação
Universidade Federal do Maranhão

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Misericordioso, pelo dom da vida, pela fidelidade e, pelas bênçãos derramadas sobre mim dia após dia.

À minha família, referência e exemplo de vida. Meu irmão Giancarlo de Sousa Araújo pelo carinho e cuidado para comigo. Ao meu padrasto Francisco Moura dos Santos pelo incentivo de sempre e, de maneira carinhosamente especial à minha mãe Antonia Altair de Sousa Araújo, mulher guerreira, por sempre me apoiar e por nunca medir esforços pelo meu bem estar.

E, de maneira especial queria agradecer ao meu esposo Laércio de Sousa Araújo, por todo apoio e carinho durante essa jornada. Por ele sempre ser meu incentivador, por sempre acreditar no meu potencial, por compreender meus anseios e, por todo amor para comigo.

Agradecer aos meus amigos de turma, de maneira especial ao meu grupo de estudos, Ediane Holanda, Bruna Siqueira, Gislaine Silva, Érica Matos e Vitória Pacheco, que me ajudaram com o seu apoio, simplicidade e companheirismo, pessoas que terei como exemplo de amizade, para toda minha vida.

Aos professores da Instituição, pela oportunidade de compartilhar conhecimentos, que enriqueceram minha jornada acadêmica e que enriquecerão minha vida profissional.

Ao meu orientador Jónata Moura, pela atenção, confiança, paciência, e dedicação manifestadas no decorrer da elaboração deste trabalho.

E aos demais amigos e familiares que, de maneira direta ou indireta, contribuíram na minha jornada acadêmica.

“A aparente fragilidade das pequenas iniciativas tem sido suficiente para enfrentar, com segurança e otimismo, o poder da velha e enferrujada máquina escolar. A inclusão é um sonho possível!”

(MANTOAN, 2003, p. 48).

RESUMO

A trajetória de vida de uma pessoa é pautada, basicamente, nas informações sobre as experiências relacionadas à ela, privilegiando a voz, os sentimentos e tudo que for lembrado. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tratou-se da trajetória de vida e formação de um estudante surdo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia. O problema que norteou a pesquisa é: Como acontece a trajetória de formação de um aluno surdo no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão? Cujo objetivo geral é: Compreender a trajetória de formação de um acadêmico surdo no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão. E os objetivos Específicos são: 1. Conhecer a história de vida do acadêmico; 2. Analisar os obstáculos que o acadêmico enfrenta/ou no decorrer do curso; 3. Analisar os dispositivos que o aluno utiliza/ou para permanecer no curso. A metodologia deste trabalho está pautada na pesquisa biográfica, usando a entrevista, com um estudante surdo, como dispositivo para produção dos dados, as quais foram transcritas; e utilizando o método biográfico com dispositivo de análise dos dados. A pesquisa revelou que, mesmo com as adversidades sofridas pelo estudante em sua trajetória escolar, ele conseguiu aprender Libras e chegou ao ensino superior, com ajuda e empenho de sua família; a Apae foi uma instituição importante para seu desenvolvimento; e no curso de Pedagogia ele tem avançado com o auxílio do intérprete e da tecnologia, faltando aos professores o manuseio da Libras, e da instituição condições para que outros surdos possam ingressar e permanecer nela.

Palavras-chave: Trajetória de vida e formação. Surdez. Ensino Superior.

ABSTRACT

The life trajectory of a person is basically based on information about the experiences related to him/her, privileging the voice, the feelings and everything that is remembered. This Work of Conclusion (TCC) was about the life trajectory and formation of a deaf student of the Pedagogy course of the Federal University of Maranhão of the Center of Social Sciences, Health and Technology. The problem that guided the research is: How does the trajectory of formation of a deaf student in the Pedagogy course of the Federal University of Maranhão happen? Whose general objective is: To understand the formation trajectory of a deaf academic in the Pedagogy course of the Federal University of Maranhão. And the specific objectives are: 1. to know the life history of the academic; 2. to analyze the obstacles that the academic faces/or during the course; 3. to analyze the devices that the student uses/or to remain in the course. The methodology of this work is based on biographical research, using the interview, with a deaf student, as a device for data production, which were transcribed; and using the biographical method with data analysis device. The research revealed that, even with the adversities suffered by the student in his school career, he managed to learn Libras and reached higher education, with the help and commitment of his family; Apae was an important institution for his development; and in the Pedagogy course he has advanced with the help of the interpreter and the technology, lacking the teachers' handling of Libras, and the institution conditions for other deaf people to enter and remain in it.

Keywords: Life path and training. Deafness. Higher Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 TRAJETÓRIA DE VIDA E FORMAÇÃO DE UM DISCENTE SURDO.....	11
2.2 Trajetória escolar.....	14
2.3 Trajetória no Ensino Superior.....	20
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

A trajetória de vida de um indivíduo é ordenada, principalmente, pelas suas experiências, com relatos, dando voz aos seus sentimentos e a todas as suas memórias, com o intuito de revivê-las, mesmo que por pouco tempo. Experiências que, nos dizeres de Larrosa (2002, p. 21), podem ser entendidas como algo que nos toca, que nos acontece, como algo que nos transforma e/ou nos faz parar para pensar.

Reescrever a história de vida de alguém é ir ao encontro da ordem cronológica dos fatos narrados, é relatar momentos marcantes, ou até mesmo inéditos e curiosos sobre a vida de alguém, é possuir, portanto, a oportunidade de escrever a narrativa com delicadeza e com um olhar verossímil a vida de alguém.

Portanto, este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) possui relevância social e acadêmica porque aborda a história de vida de um aluno surdo e seus percalços durante sua vida escolar e como estudante de um curso de formação de professores. Sendo este estudante o primeiro surdo a ingressar em um dos cursos de formação de professores do Centro de Ciências Sociais Saúde e Tecnologia, Campus II, localizado em Imperatriz-MA. Dessa forma, mexendo nas estruturas da referida instituição de ensino superior.

As razões para a escolha deste tema surgiram após ter visto e vivenciado as dificuldades e os obstáculos que este aluno sofreu ao ingressar na Universidade Federal do Maranhão pela primeira vez em 2015 e, o seu retorno à Instituição no primeiro semestre de 2017, após ter seus direitos reconhecidos por lei.

A falta de intérpretes, pouca acessibilidade nos prédios e a falta de preparos dos professores do Ensino Superior são alguns dos problemas enfrentados por este aluno. Esses elementos ainda são dispositivos de preocupação da coordenação do curso e de grande parte dos pesquisadores da educação especial, em destaque da comunidade surda de Imperatriz. O intuito deste trabalho justifica-se, então, pela necessidade de relatar os obstáculos sofridos por ele e como a inclusão no ensino superior ainda é negligenciada.

Dessa forma, o problema desta pesquisa é: Como acontece a trajetória de formação de um aluno surdo no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão? Para tanto o objetivo geral é: Compreender a trajetória de formação de um acadêmico surdo no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão. Seguidos da proposta dos objetivos específicos, que são 2. Conhecer a história de vida do acadêmico; 3. Analisar os obstáculos

que o acadêmico enfrenta/ou no decorrer do curso; 3. Analisar os dispositivos que o aluno utiliza/ou para permanecer no curso.

A metodologia desta investigação está pautada na pesquisa biográfica, pois possibilita que o sujeito da pesquisa se coloque como protagonista do processo investigativo. Dentro deste tipo de pesquisa, nossa tentativa foi realizar um estudo de caso com o único estudante surdo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia.

O estudo de caso é, segundo Yin (2001, p. 21), “o método que visa compreender fenômenos sociais complexos, preservando as características holísticas e significativas dos eventos da vida real”. Por este caminho podemos identificar os mais variados ciclos da vida de um indivíduo, bem como, processos organizacionais e administrativos ocorridos pelo mundo a fora. Entendemos que não usamos o estudo de caso com total profundidade, mas os princípios foram seguidos e tomados como referência para esta investigação.

Dessa forma, utilizamos a entrevista, como dispositivo de produção de dados, com um estudante surdo, chamado Max Rhuan de Andrade Sousa, de 23 anos, do curso de Pedagogia, pois entendemos que a entrevista possibilita maior contato do pesquisador com o entrevistado, a fim de que possa se inteirar de suas opiniões acerca de um determinado assunto. Assim, a entrevista foi videogravada com a presença de um interprete de Libras.

De acordo com Rosa e Arnoldi (2006, p. 17), “a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados considerada como sendo uma forma racional de conduta do pesquisador, previamente estabelecida, para dirigir com eficácia um conteúdo sistemático de conhecimentos, de maneira mais completa possível, com o mínimo de esforço de tempo.”

Nos capítulos que seguem apresentamos a trajetória de vida e formação de um discente surdo, subdivididos em subtítulos:

No primeiro subtítulo apresentamos sua trajetória de vida, identificando-o, abordando a causa da surdez. Neste módulo, também abordamos a diferença entre surdez e deficiência auditiva, bem como, suas representatividades em cada sujeito.

No segundo subtítulo apresentamos a trajetória escolar do acadêmico, destacando a vida escolar do Max na Educação Básica. Nele, explanamos as informações da primeira escola no qual foi inserido Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), assim como a história, no contexto nacional e em Imperatriz, desta instituição. Neste subtítulo informamos o surgimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) com suas perspectivas.

No terceiro e último subtítulo apresento a trajetória de Max no Ensino Superior, trazendo suas dificuldades enfrentadas no decorrer do curso. Nele traremos informações a partir de

um breve histórico sobre o curso de Pedagogia no Brasil e no Maranhão e, como foi feito a ampliação dele para a cidade de Imperatriz-MA.

Neste mesmo subtítulo abordamos os motivos que ocasionaram a primeira desistência de Max no curso, e explanamos sobre a importância do Intérprete de Libras, informando regulamentos, leis e diretrizes em prol desse profissional. Além de compartilhar informações acerca da tecnologia e como ela pode auxiliar os estudos da pessoa surda, tal como, informes sobre a inclusão e sua importância para se ter uma sociedade inclusiva.

O último capítulo chamado de considerações finais é uma síntese do que a pesquisa revela. Apresentos os achados desta investigação, com base na perspectiva da inclusão, e sua importância para a inserção da pessoa com surda, seja ela no âmbito educacional ou na sua vivência em sociedade.

2 TRAJETÓRIA DE VIDA E FORMAÇÃO DE UM DISCENTE SURDO

Segundo o dicionário Houaiss (2004, p. 727-760) trajetória é uma “sucessão dos acontecimentos que fizeram parte da existência de algo ou alguém; carreira”; e vida é “aquilo que dá vigor ou sentido à existência de alguém”. Desse modo, podemos associar a história de vida (trajetória de vida) à biografia, que é a narração escrita que resume os principais feitos da vida de uma pessoa no gênero literário.

Para Pereira (2000, p. 118), “a história de vida é o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, com a intermediação de um pesquisador. É um trabalho coletivo de um narrador-sujeito e de um intérprete.”

Dessa forma, este trabalho possui a vertente das histórias de vida, de caráter biográfico, sobre um aluno surdo do curso de Pedagogia na Universidade Federal do Maranhão, no qual terá informações e fatos importantes sobre sua vida pessoal, escolar e acadêmica dele. Neste capítulo encontraremos esses elementos.

2.1 Trajetória de vida

“Eu nasci ouvinte e com três anos de idade perdi minha audição.”, afirma Max Rhuan de Andrade Sousa, um jovem rapaz de 23 anos de idade, estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, que teve a perda de sua audição pelo motivo de ter contraído a meningite.

De acordo com os dados do Ministério da Saúde do Brasil (2019), a meningite é uma inflamação das meninges, membranas que envolvem o cérebro e a medula espinhal. Podendo ser causada por vírus ou por bactéria, que é mais grave. O risco de contrair meningite é maior entre crianças menores de cinco anos de idade, principalmente até um ano, no entanto pode acontecer em qualquer idade.

No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, no ano de 2018 houve 17 454 casos confirmados de meningite. No Estado do Maranhão, conforme os dados do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), em 2019 o estado notificou 124 casos suspeitos de meningite, destes, 44 foram confirmados (incluindo 13 óbitos) e 81 descartados. Na capital do estado, foram 14 casos, destes, 5 vieram a óbito, portanto, até o momento, a situação não caracteriza um surto da doença. Em Imperatriz, com base nas informações do *site* do Ministério da Saúde, houve 05 casos de meningite confirmados em 2018.

Dessa forma, a meningite ainda acomete muitas pessoas pelo Brasil a fora, podendo levar ao óbito ou acometendo diversas sequelas nos pacientes atingidos. Segundo dados da pesquisa de Neves (2005), as sequelas mais comuns causados por esta doença são:

As alterações encontradas são bem diversificadas, mas predominam a hidrocefalia, paralisia cerebral, convulsões, déficit motor, retardo do desenvolvimento neuropsicomotor e perda auditiva. Todavia, algumas seqüelas podem passar despercebidas e só virem à tona após ingresso escolar quando inteligência, habilidade lingüística, capacidade de leitura e aprendizado são melhor observados e acompanhados. A perda auditiva é considerada uma das complicações mais importantes das Meningite Bacterianas na infância, podendo ser tanto transitória como permanente com implicações óbvias no desenvolvimento da criança. (Neves, 2005, p. 10)

No entanto, há medidas de prevenção primária para o enfrentamento dessa doença, tais como vacinas e quimioprofilaxia. As vacinas estão disponíveis para prevenção das principais causas de meningite bacteriana, haja vista que ela é uma síndrome que pode ser causada por diferentes agentes infecciosos.

Mesmo Max sendo vacinado a doença o fez perder 100% da sua audição, possuindo hoje profundo grau de surdez. De acordo com o Ministério da Educação (2006), “A surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Verifica-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição.” Os níveis de surdez são variáveis, e segundo o Ministério da Educação (2006) o indivíduo com surdez pode ser considerado parcialmente surdo (com deficiência auditiva – DA) e surdo.

Durante muito tempo pessoas surdas foram excluídas da sociedade, fato esse que também se faz presente nas famílias das pessoas surdas. Grande parte das famílias ouvintes "escondia" seus filhos surdos, por vergonha e constrangimento por terem concebido uma criança fora dos padrões considerados "normais" pela sociedade. Acreditamos que isto seja por falta de conhecimento das pessoas sobre a surdez, não entendendo que não são doenças contagiosas, mas limitações que uma pessoa ou outra pode ter para uma atividade, mas que não a deixa incapaz para viver e desenvolver-se.

Para melhor entendimento, precisamos deixar claro que pessoa com deficiência auditiva é diferente de uma pessoa surda. Segundo dados do Ministério da Educação (2006), a deficiência auditiva consiste na perda parcial ou total da capacidade de detectar sons, causada por má-formação (causa genética), lesão na orelha ou na composição do aparelho auditivo. E, a pessoa com surdez é considerada surda quando é todo e aquele que tem total ausência da audição, ou seja, que não ouve nada e ainda se entende como surdo, usando a Libras como

língua e tendo sua cultura própria. É considerado parcialmente surdo todo aquele que a capacidade de ouvir, apesar de deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. Entre os tipos de deficiência auditiva estão a condutiva, mista, neurossensorial e central. Nesse sentido, a definição de deficiência auditiva para Sales (2010 *apud*, ARAGON, 2015, p. 125):

[...] o indivíduo com incapacidade auditiva é aquele cuja percepção de sons não é funcional na vida comum. Aquele cuja percepção de sons ainda que comprometida, mas funcional com ou sem prótese auditiva, é chamado de pessoa com deficiência auditiva.

Já Campos (2014 *apud*, ARAGON, 2015, p. 125) define o surdo como: “[...] aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social.”

Dessa forma, a definição de deficiência auditiva considera a pessoa apenas com alguma limitação ou impedimento auditivo que possui alguma incapacidade, enquanto a definição de surdez considera o sujeito surdo como aquele que tem apenas uma diferença linguística e, conseqüentemente, uma diferença cultural. Assim, o aspecto cultural é a grande diferenciação entre surdos e deficientes auditivos, pois, a escolha do fator preponderante de um ou outro termo é a sua participação na comunidade surda. Por exemplo, as pessoas que fazem parte da comunidade surda se identificam como surdas, enquanto as que não pertencem a ela são chamadas de deficientes auditivas. Neste caso, a profundidade da perda auditiva passa a não ter importância, já que a identidade surda é o que define a questão.

De acordo com Perlin (1998, p. 53) a Identidade Surda: constitui-se no interior da cultura surda. Está em situação de dependência, de necessidade do outro surdo. As identidades surdas são multifacetadas, fragmentadas, em constante mudança; jamais se encontra uma identidade mestra, um foco. Os surdos passam a serem surdos através da experiência visual, de adquirir certo jeito de ser surdo. Portanto, os surdos nesse caso, não consideram a surdez como deficiência, para eles, ela é apenas uma outra forma de experimentar o mundo.

Diferentemente dos surdos, os deficientes auditivos já possuem uma identidade muito mais relacionada ao mundo ouvinte, geralmente porque essas pessoas foram perdendo a audição com o tempo e não utilizam a Libras. Muitas delas se comunicam em português, fazendo gestos e dependendo de outros recursos assistivos, como as legendas. Diante disso, também é comum encontrarmos pessoas com deficiência auditiva que utilizam próteses

auditivas ou implantes cocleares, justamente por também quererem fazer parte do mundo oralizado, além do mundo surdo.

Após a compreensão acima é necessário, portanto, que saibamos respeitar a representatividade de cada um desses indivíduos. Considerando suas perspectivas de vida e, lutando por melhorias para uma sociedade mais justa e igualitária para todos, como acessibilidade da Libras no âmbito educacional e empresarial, pois, assim como Max, milhares de pessoas da comunidade surda deseja ter uma sociedade, de fato, inclusiva, com uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.

A seguir narro a trajetória escolar de Max, seus primeiros passos na escola e como ele aprendeu Libras.

2.2 Trajetória escolar

“Iniciei meus estudos na educação básica com sete anos de idade na Apae .” (MAX, 2019). A Apae, instituição a qual Max se refere, nasceu em 1954, no Rio de Janeiro, caracterizando-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A Rede Apae destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional. De acordo com informações do *site* da Apae:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – é fruto de um movimento pioneiro no Brasil para prestar assistência médico-terapêutica as pessoas com deficiência intelectual. Esse movimento surgiu no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954. (BRASIL, 2019, s/p.)

No Brasil, esta instituição social presta serviços de educação, saúde e assistência social a quem deles necessita, constituindo uma rede de promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, que hoje conta com cerca de 250 mil pessoas com estes tipos de deficiência.

Em Imperatriz, a Apae fica localizada no bairro Alto da Boa Vista. De acordo com os dados do censo de 2018, a Apae de Imperatriz conta com 13 funcionários na escola, possui 37 alunos matriculados nos anos iniciais do ensino fundamental, 47 alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos e 84 alunos na educação especial. A história da Apae é atrelada

com a história da Educação Especial no Brasil que também está atrelada à educação dos surdos. Ainda sobre a Apae em Imperatriz, de acordo com Pereira (2016, p. 02):

A construção da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Imperatriz, com base em informações apresentadas no site da instituição, deu-se em 1991, a partir de um grupo de mães de filhos com necessidades especiais.

A Apae de Imperatriz, é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, de caráter educacional e assistencial, mantenedora do Centro Educacional Melvin Jones e Centro de Reabilitação Dr. José Maria Nascimento Jr., que tem por finalidade prestar atendimento às pessoas com Deficiência Intelectual, Múltipla, na faixa etária de recém-nascidos à idade adulta (PEREIRA, 2016).

Desse modo, a Apae de Imperatriz onde Max e centenas de alunos estudaram, possui como objetivo principal a ampla defesa dos direitos sociais de seus alunos, incluindo assistência social, assistência médica e, educacional, disponibilizando refeições, lanches, a fim de promover um ambiente acolhedor, priorizando o bem estar desses usuários na perspectiva da inclusão.

Visando promover a inclusão de milhares de pessoas com deficiência e também os surdos, fora criado no Brasil, a sala de recursos multifuncionais. Estas salas possuem materiais diferenciados e profissionais preparados especificamente para o atendimento às diversas necessidades educativas especiais dos educandos.

Elas são dispositivos de um programa do Ministério da Educação do Brasil que fornece alguns equipamentos de informática, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para a criação de salas destinadas a integrar alunos com necessidades especiais nas escolas públicas regulares por meio da política de educação inclusiva. (BRASIL, 2010, p. 11)

Em Imperatriz, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação o Atendimento Educacional Especializado (AEE), a rede possui 23 Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), que possui acompanhamento com a equipe de assistente social, psicopedagogo, pedagogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo e psicólogo. Max não usufruiu destas salas quando foi estudante da rede municipal de Imperatriz, mas outros discentes conseguem ter um atendimento diferenciado com materiais didáticos apropriados que visem atendê-los, respeitando suas individualidades e suas diferenças.

Sobre a educação dos surdos no Brasil, podemos dizer que o grande percussor foi Dom Pedro II. Quando, em 1855, convidou o professor surdo francês Hernest Huet e sua

esposa, e juntos fundaram a primeira escola para surdos, o Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação para Surdos – INES (OLIZAROSKI, 2013). Como tudo aconteceu? Para Olizaroski (2013, p. 07),

Este convite se deu ao fato de, em junho de 1855, Huet ter apresentado ao Imperador D. Pedro II um relatório em língua francesa, cujo conteúdo manifestava o plano de um estabelecimento para surdos. Sua solicitação foi atendida através da Lei nº 839 de 26 de setembro de 1857, que fixava a despesa e orçava a receita do Império para o exercício de 1858/1859.

Huet era adepto a língua de sinais e utilizava em suas aulas o método combinado. Entretanto, Strobel (2008, p. 89), relata que “o professor surdo Ernest Huet, teve enormes dificuldades para lecionar no INES, visto que as famílias brasileiras não reconheciam Huet como cidadão e não confiavam no seu trabalho pedagógico.” Lembrando que, na época, o Instituto funcionava como um asilo e só eram aceitos surdos do sexo masculino; essas características ajudaram a fazer com que Huet tivesse poucos alunos.

Com o tempo, outros alunos surgiram de todos os pontos do país, número esse que foi crescendo cada vez mais, fazendo com que Huet pudesse fazer um feito no país: “começando a lecionar para dois alunos no então Colégio Vassimon, Huet conseguiu, em outubro de 1856, ocupar todo o prédio da escola, dando origem ao Imperial Instituto dos Surdos Mudos” (MAZZOTA, 2001, p. 29).

A escola do INES passou a ser, então, o ponto de aproximação e referência dos professores de surdos e dos próprios surdos, da época, no Brasil. Eles usavam a língua de sinais francesa, trazida por Huet, e misturavam com a existente no país. Os surdos tiveram, finalmente, a oportunidade de criar sua própria língua: a Língua Brasileira de Sinais, que utilizavam livremente para a comunicação e expressão, e também a recebiam em sua educação acadêmica, ministrada naquela época, apenas em escolas especializadas.

Assim, com a criação do Instituto tornou-se possível que a luta da comunidade surda no Brasil alcançassem êxito em algumas conquistas de políticas públicas e educacionais voltadas para os direitos culturais, linguísticos, educacionais e sociais dos surdos do Brasil. Conquista esta que Max obteve ao aprender Libras que, segundo ele: “A minha mãe procurou uma escola, e encontrou a Apae. Lá existiam várias pessoas surdas e lá tinha a disciplina de Libras. Nisso minha mãe mostrou interesse e me colocou lá para aprender” (MAX, 2019).

Desse modo, a Libras é uma língua visual-gestual, que se diferencia da Língua Portuguesa, que é oral-auditiva; porém têm seus significados, suas regras e exerce o papel fundamental de uma língua, a comunicação, expressando o sentimento, vontades e ideias do

locutor. A língua de sinais, no entanto, não é universal, cada país possui a sua, conforme afirmam Rubio *et al* (2014, p. 03):

As línguas de sinais não são universais. Cada uma possui sua própria estrutura gramatical. A língua de sinais, assim como a língua oral é a representação da cultura de um povo. Países com a mesma língua oral possuem línguas de sinais diferentes. Um exemplo, é o caso de Brasil e Portugal. Por mais que esses países possuam a mesma língua oral, possuem língua de sinais diferentes.

Esta pode ser considerada como uma das maiores crenças a respeito das línguas de sinais, pois acreditasse que todos os surdos falam a mesma língua em qualquer parte do mundo, e não é bem assim. Afinal, assim como cada país possui a seu próprio idioma, na Língua de Sinais ocorre o mesmo segmento, haja vista que, há variações de acordo com cada lugar.

A língua de sinais dos surdos é, portanto, uma língua natural, pois faz parte de um grupo cultural chamado surdos. Ela é considerada uma língua por possuir os níveis linguísticos: fonológico, morfológicos, sintático e semântico, e o que vai diferenciar essa língua das demais é a sua modalidade visual-espacial, como havíamos anunciado acima.

Muitos consideram a Libras uma mímica, mas ela não se encaixa nessa versão. Acredita-se que quem se expressa de tal forma convive com um preconceito muito grave, é uma opinião que muitos ouvintes possuem sobre os surdos, que sua linguagem é em forma de mímica. A língua de sinais tem todas as características linguísticas de qualquer língua humana natural. É necessário somente que, ouvintes entendam que o canal comunicativo é diferente e não anula uma língua natural.

A língua de sinais também não é uma língua ágrafa, até bem pouco tempo a língua de sinais era considerada uma língua sem escrita. Sabe-se que a escrita de qualquer língua é uma conjunção de representações, é um conjunto de símbolos sejam elas em línguas verbais ou de sinais.

A Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS define a Língua Brasileira de Sinais – Libras como a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com esta comunidade. Como língua, ela está composta de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerado instrumento linguístico de poder e força. Possui todos elementos classificatórios identificáveis numa língua e demanda prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua. (...) É uma língua viva e autônoma, reconhecida pela linguística. (PEREIRA, 2010, p. 06-07)

Aprender Libras facilita então o conhecimento e a aquisição de um vocabulário amplo para as pessoas surdas, bem como, estabelece uma nova capacidade de compreensão do mundo em que vive, pois possibilita dar significados às palavras, comunicar-se, expor seus sentimentos, desejos, exercer seu papel em uma sociedade. Este foi o caso de Max que, ao aprender Libras conseguiu desenvolver-se na escola, aprendeu a Língua Portuguesa e foi avançando naquilo que as normas escolares solicitava.

Comunicar-se por Libras fez com que Max pudesse ampliar seu repertório linguístico, o círculo de amigos. Fato este que também pode acontecer com outros surdos, pois para o pesquisador Falcão (2007), o aprendizado da Libras deixa o surdo livre, para viver, para se expressar, ou simplesmente para ser.

Aprender Libras é respirar a vida por outros ângulos, na voz do silêncio, no turbilhão das águas, no brilho do olhar. Aprender Libras é aprender a falar de longe ou tão de perto que apenas o toque resolve todas as aflições do viver, diante de todos os desafios audíveis. Nem tão poético, nem tão fulgaz...apenas um Ser livre de preconceitos e voluntário da harmonia do bem viver. Nesta perspectiva de agregar valores além da Língua Portuguesa, a Libras se apresenta como intensificador da formação bilíngue, Libras e Língua Portuguesa. (FALCÃO *apud*, FERREIRA, 2014, p. 04)

Assim como Max pontuou acima, milhares de pessoas surdas possuem o primeiro contato com a Libras ainda criança de acordo com o interesse dos pais e responsáveis, resta então a comunidade escolar e a sociedade, de modo geral, lutar em prol de direitos para a educação da comunidade surda no Brasil. Pois, de acordo com Strobel (2009, p. 06) “A comunidade surda, na verdade não é só de surdos, já que tem sujeitos ouvintes junto, que são família, intérpretes, professores, amigos e outros que participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em um determinado localização que podem ser as associação de surdos, federações de surdos, igrejas e outros.”

Entretanto, Max relata que somente uma escola da educação básica possuía intérprete de Libras, fato esse que dificultou seu aprendizado no ensino fundamental. “Havia uma escola em que eu estudei que era inclusiva onde comecei o 5º ano, mas não tinha intérprete nessa escola, da 5ª à 8ª série estudei sem intérpretes. Somente no ensino médio, em uma escola chamada Governador Archer, é que havia intérpretes” (MAX, 2019).

A falta de intérpretes de Libras no âmbito educacional é uma grande queixa da comunidade surda. Porém, antes de adentrarmos nessa problemática, primeiro precisamos entender o que é intérprete de Libras, qual sua função e o regulamento da sua profissão.

Segundo dados do Ministério da Educação do Brasil (2004, p. 27), “o tradutor-intérprete de língua de sinais, é a pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades que se apresentar (oral ou escrita)”, tendo a seguinte tarefa: realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos, bem como sua: a) confiabilidade (sigilo profissional); b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias); c) descrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação); d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados); e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito) (BRASIL, 2004).

Entretanto, ainda existe uma carência muito grande desses profissionais nas escolas e universidades, isso provoca falha na interação entre surdos e pessoas que desconhecem a língua de sinais, pois os surdos não conseguem participar de vários tipos de atividades sociais, educacionais e até mesmo culturais, não conseguem avançar na área da educação, ficam desmotivados a participarem de encontros, reuniões, sendo, portanto, excluído da interação social, cultural e política sem direito de exercer sua cidadania.

Diante disso, fica evidente a importância desse profissional nas salas de aula, e como seu papel é de extrema relevância para a comunicação entre ouvintes e surdos, visto que, sem essa mediação a comunicação entre esses sujeitos fica interrompida, principalmente nas salas de aula regulares, onde o aluno surdo está inserido com os demais colegas e professores ouvintes, que podem não possuir conhecimento nessa língua, de modo que, o estudante surdo seja prejudicado durante o seu processo de aprendizado.

Max só pôde vivenciar a interação com os ouvintes quando cursou o ensino médio, pois sua sala de aula possuía um intérprete de Libras, mas todo seu ensino fundamental foi realizado sem este profissional, nem por isso ele não avançou, não se desenvolveu, contudo, pergunta-se: e se em toda sua educação básica, Max tivesse o profissional intérprete para lhe ajudar na sala de aula, como que ele teria concluído a educação básica? Imagino que com bem maior desenvoltura e habilidade, algo que ele vem sentindo durante as aulas no curso de Pedagogia que cursa na Universidade Federal do Maranhão.

2.3 Trajetória no Ensino Superior

Como consequência da construção de uma sociedade inclusiva, Max e milhares de alunos conseguiram, aos poucos, a inserção em espaços de instrução institucionalizados sejam eles na educação básica ou no ensino superior. Max relata em sua entrevista que iniciou seus estudos na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) aos 19 anos de idade, tendo como curso escolhido, Pedagogia, no campus de Imperatriz.

A UFMA, em Imperatriz, funciona desde a década de 1980. A instituição oferta anualmente à comunidade da região Tocantina 712 vagas em seus nove cursos de graduação, oferecidos em duas unidades: Campus Centro e Campus Avançado. Oferece, ainda, cinco cursos de mestrado e um doutorado.

O curso de Pedagogia fomenta para milhares de estudantes a oportunidade de ingressar em uma Universidade Federal, além de atender uma grande demanda de toda a região Tocantina: capacita aos estudantes conhecimento, habilidades, competências para a junção de uma relação entre teoria e prática, ou seja, é através deste curso que milhares de profissionais são formados e aperfeiçoados para adentrar no mercado de trabalho.

O curso de Pedagogia atualmente é um conjunto de técnicas, princípios, métodos e estratégias da educação e do ensino, relacionados à administração de escolas e à condução dos assuntos educacionais em um determinado contexto e à docência.

No Brasil, ele surgiu no século XX, mais precisamente na década de 1930, após alguns movimentos que provocaram mudanças na educação, especialmente o “entusiasmo pela educação¹” e o movimento dos Pioneiros da Escola Nova, que lutavam pela educação e pela implantação de universidades no Brasil. O movimento escolanovista, portanto, impulsionou a profissionalização dos professores.

O Movimento dos Pioneiros da Escola Nova era composto por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes entre outros ligados à educação pública e, defendiam a universalização da educação, da escola pública, laica e gratuita. Esse grupo de intelectuais entendia que

¹ Este é um Manifesto lançado em 1932 por um grupo de 26 educadores e intelectuais propondo princípios e bases para uma reforma do sistema educacional brasileiro. Redigido por Fernando de Azevedo, foi assinado entre outros por Anísio Teixeira, M. B. Lourenço Filho, Heitor Lira, Carneiro Leão, Cecília Meireles e A. F. de Almeida Júnior. (Júnior, 2007, p. 65)

O emergente processo de industrialização necessitava de políticas educacionais que modernizassem a educação. Defendiam eles uma nova pedagogia que fosse eficaz na formação de cidadãos adequados a esse processo. Esses intelectuais davam muita importância à organização racional do trabalho ao ponto de valorizarem métodos de uma pedagogia que viabilizasse no meio escolar, a realização das máximas organizadoras exigidas pelo trabalho industrial. (EVANGELISTA; MORAES; SHIROMA, 2000, p. 19)

Desse modo, para atender a essa nova realidade houve a criação da Universidade de São Paulo, em 1934 e a Universidade do Distrito Federal em 1935, que após essas organizações, implantaram as licenciaturas e o curso de Pedagogia, estendidos para todo o país pelo Decreto-Lei nº 1.190 de 04 de abril de 1939, projeto do então Ministro da Educação Gustavo Capanema que esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde durante oito anos (1937-1945). Esses projetos e programas para o Brasil, no campo da educação, cultura e saúde marcam um momento histórico denominado Estado Novo regime político fundado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 que durou até 29 de outubro de 1945.

No Estado do Maranhão, segundo informações de Cruz (2012, p. 79), “o curso de Pedagogia nasceu ligado à Faculdade de Filosofia de São Luís, fundada em 15 de agosto de 1952, tendo sido autorizada seu funcionamento pelo Decreto nº 32.606 de 23 de abril de 1953.”

Entretanto, do seu nascimento até o final da década de 1970, o curso de Pedagogia foi ministrada exclusivamente no Campus I da UFMA, em São Luís. Somente no segundo semestre de 1979 é que houve a autorização do curso de Pedagogia e do curso de Direito em Imperatriz, intitulado Campus II. Assim, ainda de acordo com Cruz (2012, p. 80), “a efetivação do curso deu-se por razões das ampliações das políticas educacionais de interiorização do ensino superior nas universidades públicas, propostas pelo MEC.”

Assim, o curso de Pedagogia da UFMA de Imperatriz iniciou-se com a preocupação de formar, somente, especialista em Administração Escolar, visto que, havia uma demanda grande de gestores escolares sem formação adequada exercendo a função, por isso que, segundo Cruz (2012, p. 80) “a preocupação inicial do curso de Pedagogia em Imperatriz parece ter sido formar diretores de escolas, visto que a legislação vigente no país exigia a formação em nível superior para o exercício dessa função”.

Dessa forma, durante anos o curso de Pedagogia formava alunos, visando, basicamente a necessidade da Direção Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar. Processos esses que foram reformulados a partir da década de 1990, com as

mudanças de produção capitalista e com o desenvolvimento de novas tecnologias. Desse modo, Cruz (2012, p. 80) pontua que:

De acordo com este novo contexto, o currículo do Curso de Pedagogia foi reformulado em todo o país para se adaptar às mudanças. Assim, da formação ao especialista em educação passou a formar o generalista em educação na pessoa do gestor educacional e do professor em educação infantil e das séries iniciais.

Atualmente, o curso de Pedagogia da UFMA de Imperatriz, possui a modalidade presencial, com grau em Licenciatura, criado a partir da Resolução n.º 15/1993 CONSUN, autorizado na portaria n.º 90, de 17/01/2008, DOU 18/01/2008, reconhecido na Portaria 485 de 19/12/2011, DOU 23/12/11, tendo sua integralização de 9-14 semestres, possuindo 80 vagas anuais, com a carga horária mínima de 3 270 horas, com a média 04 no ENADE.

Max relata em sua entrevista, que o curso de Pedagogia não fora sua primeira preferência: “Antes eu tinha um grande interesse em fazer Educação Física, mas encontrei uma grande dificuldade para adentrar ao curso. Aí foi quando eu fiz o Enem e escolhi a Pedagogia e achei um bom curso, e todos os dias eu me sinto bem, pois é um curso de extrema importância para o ensino de crianças surdas.” (Max, 2019). Mesmo assim, Max e uma dezena de alunos ainda possuem algum receio com a Licenciatura, isso porque é no contexto do dia a dia da Universidade que muitos estudantes passam a enxergar a necessidade e a importância de contribuir para a educação de milhares de crianças surdas.

Max relatou que passou por algumas dificuldades ao iniciar o curso de Pedagogia. “Quando eu entrei pela primeira vez na UFMA não havia intérprete, então eu perguntei: ‘como eu, uma pessoa surda, poderia aprender’? Pois, eu aprendo pelo visual e os professores apenas falavam e por conta da falta do intérprete eu não consegui me desenvolver e tive que desistir do curso no primeiro momento.” (Max, 2019). Mesmo ocorrendo várias conquistas em prol da pessoa surda, podemos perceber que ainda perpetuam-se muitos problemas e déficits acerca da inclusão e do direito que a comunidade surda possui.

Como Max mencionou, a falta de intérpretes foi o que mais afetou para sua primeira desistência do curso de Pedagogia. É por fatores como esse que, assim como Max, centenas de estudantes recorrem à justiça para terem seus direitos atendidos. E foi isso que a mãe do Estudante fez, tendo a Universidade que assinar um termo de ajuste de conduta e oferecer um intérprete para acompanhá-lo nas atividades do curso.

Após o período de um ano Max retorna para o curso de Pedagogia, agora com o seu intérprete chamado Jean. Ao ser questionado sobre o acolhimento do curso por professores e

colegas de turma, Max (2019) pontua que “quando eu adentrei a UFMA pela primeira vez não tinha intérprete, e por isso, poucos alunos tinham interação comigo. Eles me ajudavam com as atividades e tentavam traduzir de alguma forma o que os professores falavam. E agora, como possuo intérprete, existe uma interação muito grande entre professores e mim, eu e a turma, e com isso me sinto bem melhor e feliz.”

Tornar um ambiente educacional inclusivo não é somente fazer a matrícula do aluno, mas sim oportunizar um ambiente educacional sem distinções de qualquer natureza com o reconhecimento de que para a Escola/Universidades todos os alunos são iguais, o que representa a capacidade de aprender, compreender o mundo à sua volta, reconhecer e respeitar o outro, favorecendo a convivência com a diversidade.

O objetivo principal da inclusão é promover a supressão dos preconceitos e da discriminação, tornando um ambiente educacional mais acolhedor a fim de que possa formar e ajustar uma sociedade inclusiva que respeite a diversidade, voltada para a questão dos direitos humanos, como um modo na inclusão dos mais diversos alunos, sejam eles com deficiência ou não.

Dito isso, ao ser indagado sobre a Universidade, ser ou não inclusiva, Max informa: “Eu não acho a Universidade inclusiva. Porque possui grandes dificuldades aqui na UFMA. Por exemplo: atualmente outro aluno surdo adentrou na Universidade, e agora somos dois alunos surdos, e nós temos apenas um intérprete, nesse caso é impossível ele atender os dois surdos. Então a UFMA precisa contratar mais intérpretes, porque só um intérprete tem as suas dificuldades, é necessário que em cada sala de aula estejam pelo menos dois intérpretes” (Max, 2019).

Desta maneira, o intérprete educacional passar a ser aquele profissional que acompanhará o aluno surdo incluso em salas de aula do ensino regular, assim como em outras atividades relacionadas à instituição de ensino em que esse aluno está matriculado. Ele vem conquistando seu espaço desde a promulgação da lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e posteriormente com a Lei de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Libras, segundo a Lei nº 10.436, no seu artigo 17, na qual deve ter a formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa, conforme art. 18 da Lei nº 10.436 2002.

Segundo Quadros (2004, p. 59), o intérprete educacional é aquele que atua como profissional intérprete de língua de sinais na educação. O intérprete especialista, para atuar na

área da educação, deverá intermediar relações entre os professores e os alunos, também colegas ouvintes com os surdos. Ser intérprete educacional, portanto, vai além do ato interpretativo entre línguas, pois é através dele que possibilita ao aluno surdo uma ampla participação nos contextos da sala de aula.

Muitas vezes o intérprete cria um vínculo muito forte com o aluno, podendo ocasionar até mesmo uma dicotomia entre o professor da sala de aula e o intérprete. Neste caso, é importante que o professor regente conheça a Língua de Sinais, e não deixe toda a responsabilidade de comunicação com os alunos surdos para o intérprete, pois caso o mesmo precise se ausentar, o aluno surdo não será prejudicado. O trabalho do professor e do intérprete educacional precisa ser então, uma parceria, pois, de acordo com Lacerda (2014, p. 35), “a responsabilidade pela educação do aluno surdo não pode e não deve recair somente no intérprete, visto que seu papel principal é interpretar. A responsabilidade de ensinar é do professor.”

Assim, o professor deve conhecer a língua de sinais e tentar fazer a própria comunicação com seu aluno surdo, interagindo e questionando-o acerca do conteúdo, buscando saber se o mesmo está se desenvolvendo, pois se não houver essa preocupação, e o professor desconhecer a língua de sinais a proposta de inclusão fica desestruturada, visto que, de acordo com Lacerda (2014, p. 35):

Assim o aluno surdo, muitas vezes fica desmotivado, não presta atenção no professor (já que ele não sabe a Libras) e ao mesmo tempo sente-se desvalorizado, porque o IE (que é sua figura de referência) não é uma autoridade em sala de aula.

Max, reforça as ideia do pesquisador acima, alegando que na Universidade há um pouco essa diferenciação entre professores/intérprete. Contudo pondera afirmando que da mediação entre eles há a preocupação do fornecimento do material pedagógico adequado e também do interesse de alguns professores em se comunicar com o discente. “Os professores entregam o material didático para o intérprete e explica para ele primeiro o que vai ser feito na aula. Outro exemplo é que alguns professores passam vídeo na aula, e nesse caso, eles possuem a preocupação de colocar legenda nos vídeos” (Max, 2019).

O uso das tecnologias é outro ponto que necessita ser ressaltado neste trabalho. Em uma sociedade cada vez mais tecnológica e globalizada, é inevitável que a tecnologia e a educação estejam cada vez mais próximas, afinal, é impensável fazer algumas tarefas sem o uso da tecnologia e na educação não poderia ser diferente.

As tecnologias são divididas em dois segmentos, a tecnologia da informação (TI) e as tecnologias da informação e comunicação (TICs). Mendes (2008) define Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como um conjunto de recursos tecnológicos que, quando integrados entre si, proporcionam a automação e/ou a comunicação nos processos existentes nos negócios, no ensino e na pesquisa científica e etc. São tecnologias usadas para reunir, distribuir e compartilhar informações.

Max pontua que o uso das tecnologias é um dos grandes fatores determinantes para o auxílio dos seus estudos. “Eu utilizo a tecnologia e ela é de fundamental importância para meus estudos, por exemplo, eu como surdo, a tecnologia tem me assessorado no celular (fazendo uso dos aplicativos), no notebook e outras maneiras que possam me ajudar. Todos os dias, por exemplo, eu utilizo o *Google*. Então as coisas do meu interesse e acontecimentos mundiais eu pesquiso nele e com isso aumenta meu conhecimento” (Max, 2019). Neste contexto, Diniz (2001, p. 61) esclarece que

a informática começa a assumir um papel de suma importância tanto para usuários, como para professores. Pois, ela funciona como agente de propagação do conhecimento, a serviço da educação, funcionando com um meio didático, na medida em que podem oferecer representação específica de um saber, facilidades de manuseio e, uma possibilidade de poder acompanhar, à distância, a construção de um procedimento realizado pelo aluno.

Contudo, ainda existem alguns percalços com relação à inserção das novas tecnologias nas instituições de ensino e nas salas de aula. Com base nas modificações provocadas pelo avanço da tecnologia, elas começam a exigir uma maior qualidade na formação do docente e consequentemente uma maior exigência em sua prática, ou seja, começa a ser exigido do mesmo, muitas atribuições e um novo perfil profissional, pois segundo Sacristán (2000, p. 238):

Propor inovações pedagógicas aos professores é remover a estrutura do trabalho e conscientizar-se de certas interdependências, já que, em geral, não se trata de simples substituições metodológicas, mas de importantes alterações que devem ser vistas dentro da complexidade dos encargos da função do professor e de acordo com suas possibilidades e obrigações de trabalho.

A tecnologia, portanto, precisa ser vista na educação como uma ferramenta de conhecimento e auxílio na prática do professor e do estudante, ainda mais este sendo surdo,

como é o caso do Max que faz uso de algumas tecnologias para seu desenvolvimento no curso de Pedagogia.

Entretanto, a inclusão da tecnologia no cotidiano da universidade, por si só, não é capaz de ser determinante para qualidade de ensino. É necessário que o docente saiba utilizá-la (se necessário) de acordo com o conteúdo que ele pretende ensinar, pois, as tecnologias de forma alguma irão substituir os professores, elas surgem para permitir que várias tarefas e funções dos mesmos possam ser transformadas.

E, ao ser questionado sobre como a Universidade poderia utilizar a tecnologia em prol da inclusão, Max também dá seu ponto de vista. Para ele, “seria muito bom se a UFMA usasse no seu ambiente as tecnologias, como placas de sinalizações em Libras, demarcando banheiros, xerox, e em outras localidades que também existe a necessidade de placas indicativas, e também aplicativos para comunicação com os surdos” (Max, 2019).

As tecnologias não são exclusivas do contexto da sala de aula, podemos intuir e ver tecnologias em várias partes do nosso cotidiano. Entretanto, ainda podemos perceber uma grande falha de comprometimento dos governantes em prol da acessibilidade. Realidade essa não muito diferente da UFMA em Imperatriz.

De acordo com Dillenburg (2015, p. 16) “as instituições devem desenvolver ações que contemplem a acessibilidade, ações que são complexas e demandam um trabalho coletivo entre cursos, gestão da instituição, estudantes, professores e os núcleos de acessibilidade.”, visto que, uma das alternativas para viabilizar a inclusão e promoção da aprendizagem dos estudantes é por meio de ações que possibilitem a autonomia dos mesmos.

Sobre a acessibilidade e toda a preocupação com a autonomia dos discentes, a UFMA (2016, s/p.) afirma que:

O processo de acessibilidade está acontecendo na Universidade desde antes da criação do Núcleo de Acessibilidade, fundado em 2010. Onde atualmente, a Universidade, conta com equipamentos próprios disponibilizados, tais como impressoras e notebooks, salas de recurso multifuncional, técnicos em Braille e Libras, site acessível, novos prédios com elevadores, rampas e banheiros adaptados. Todos os antigos prédios contam com rampas e plataformas para melhorar o acesso dos alunos. Rampas, sinalizadas e piso em toda a Universidade para os alunos com necessidades. O Restaurante Universitário também está sendo adaptado e todos os estacionamentos da UFMA contam com sinalização. A casa do estudante é totalmente acessível. Além desses avanços, estamos idealizando a construção de um núcleo próprio de acessibilidade.

Mesmo possuindo esses avanços, a Instituição ainda peca em alguns quesitos. Em Imperatriz só há um interprete de Libras que acompanha o estudante Max, mas não há nenhum para receber algum surdo que queira tirá dúvidas, ou pedir alguma informação. Até o momento a Universidade não ofereceu nenhum curso de formação para o quadro de professores e técnicos para entenderem, pelo menos, um pouco da Libras.

Ao ser questionado sobre o que ele mudaria na Universidade, Max discorre que mudaria algumas coisas na UFMA: “Eu mudaria sim algumas coisas na Universidade, por exemplo, a UFMA precisa estar mais atenta com as pessoas que adentrem esse ambiente com deficiência. Organizando os espaços, contratando intérpretes, e profissionais da educação para as mais diversas deficiências, ou seja, ela precisa ter um olhar diferente para pessoas que adentrem aqui e que possuem necessidades” (Max, 2019).

Assim, percebemos que mesmo com vários avanços no que concerne a inclusão em nosso país, verificamos que ainda há milhares de pessoas desassistidas no aspecto educacional. Seja pela falta de acessibilidade nos prédios educacionais, ausência de intérpretes para alunos surdos, ou até mesmo, pela falta de atenção e empatia de professores e alunos para com o aluno com deficiência. Fatores esses percorridos acima que ainda causa a exclusão da pessoa com deficiência e também da pessoa surda.

Portanto, é necessário que saibamos refletir e aprender a nos colocar no lugar do próximo, para que assim, com políticas públicas adequadas e, com consonância aos interesses alheios, possamos criar e transformar um ambiente educacional acolhedor e inclusivo para milhares de pessoas com deficiência e também para os surdos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de vida é, portanto, as diversas relações de pensamentos, presságios, é nela que vemos e nos deslumbramos com relatos e experiências vividas por um indivíduo. Discorrer, mesmo que brevemente, sobre as dificuldades enfrentadas por um estudante surdo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, nos faz perceber o quanto, às vezes, podemos ser egocêntricos, individualistas em não nos compadecermos com as dificuldades do próximo.

Max, em sua entrevista, relata alguns desses problemas sofridos desde a Educação Básica até a chegada ao Ensino Superior. Com base nas informações compartilhadas por Max, tivemos a oportunidade de conhecer toda sua história de vida e formação.

Ao conhecermos sua história de vida, podemos verificar alguns contratempos sofridos por ele. Ao começar pelo seu diagnóstico precoce de surdez, ocasionada pela Meningite, doença essa que mesmo não possuindo um surto no Brasil, ainda acomete milhares de pessoas. Entretanto, ter sido diagnóstico como deficiente auditivo, não ocasionou de maneira alguma, a desistência dos objetivos e sonhos de Max e da sua família.

Ao analisarmos a trajetória de Max no curso de Pedagogia, identificamos que o grande obstáculo por ele sofrido, foi à falta de intérprete, causando, então uma grande dificuldade no ingresso do curso e uma frustração dele com a Instituição. A falta de acessibilidade e, uma instituição “não inclusiva”, para atender pessoas com deficiência ainda é uma grande luta para a sociedade de modo geral.

A importância do uso da Libras, em locais de fácil acesso, assim como a acessibilidade nos prédios, e professores preparados para o atendimento a esses alunos, é o grande começo para poder ter uma academia mais inclusiva.

Ao fazer parte do corpo discente da instituição, verificamos que Max utiliza muito a tecnologia para capacitá-lo e auxiliá-lo nos seus estudos. Observamos que Google, aplicativos, são dispositivos que possuem o objetivo de auxiliar e, consequentemente, facilitar a comunicação e a compreensão dessas pessoas no contexto educacional e empresarial. A tecnologia neste caso ajuda a promover a inclusão de milhares de usuários dando-lhes oportunidade de comunicar-se, preparar-se e educar-se.

Sendo assim, compreender a trajetória de vida do Max no curso de Pedagogia em uma Instituição Federal, nos remota a entender que ainda possuímos várias lacunas para serem

preenchidas, para podermos nos tornar uma sociedade inclusiva. Fatores esses que precisam ser re-analisados, re-organizados e re-avaliados, a partir de políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência, a começar com formações continuadas para professores da Educação Básica e do Ensino Superior, criando espaços e ambiente adequados para todo (a) pessoa com deficiência, ou seja, vistoriando e revigorando lugares para a inserção de uma educação inclusiva e de qualidade.

REFERÊNCIAS

APAEBRASIL. **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**. Ano 2015. Disponível em:<www.imperatrizapae-brasil.org.br>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ARAGON, Carmelina Aparecida. SANTOS, Isabela Bagliotti. **Deficiência auditiva/surdez: conceitos, legislações e escolarização**. Educação, Batatais, v. 5, n. 2, p. 119-140, 2015. Disponível em:<<http://www.claretianobt.com.br/download?caminho=/upload/cms/revista/pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

BRASIL.Ministério da Saúde. **Dados sobre a Meningite**. Disponível em:<<http://saude.gov.br/saude-de-a-z/meningites>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____.Ministério da Saúde/SVS - **Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net**. Disponível em:<<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/meninbr.def>>. Acesso feito em 15 nov. 2019.

_____.MEC/SEESP. **Lei 10.436, de 24 abr. 2002**. Dispõe Sobre A Língua Brasileira De Sinais – Libras. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, 25 abr.202, p. 23. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 20 de dez. 2019

_____.MEC/SEESP. **Lei 12.319, de 1º set. 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, 02 set. 2010. p. 01. Diponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm>. Acesso em: 20 de dez. 2019

_____.MEC/SEESP. **Saberes e práticas da inclusão : desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos**. [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.116 p. (Série : Saberes e práticas da inclusão)

_____.MEC/SEESP. **Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial: Área de Deficiência Auditiva**. Secretaria de Educação Especial (1995). Brasília, DF: Autor.

_____.MEC/SEESP. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004. 94 p. : il.

_____.MEC/SEESP. **Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SECADI, Brasília, 2012. Disponível em:

<http://www.pmpf.rs.gov.br/servicos/geral/files/portal/Documento_Subsiario_EducaCao_Especial.pdf> Acesso em: 21 nov. 2019.

_____. **MEC/SEESP. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, 2008.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

_____. **MEC/SEESP. Secretaria de Educação Especial: Direito à educação: orientações gerais e marcos legais.** Brasília: MEC/SEESP. 1997.

_____. **MEC/SEESP. Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17430-programa-implantacao-de-salas-de-recursos-multifuncionais-novo>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

_____. **DECRETO-LEI Nº 1.190, DE 4 DE ABRIL DE 1939.** Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 jan. de 2020.

CRUZ, Marileia dos Santos. **História da Educação de Imperatriz: textos e documentos.** Marileia dos Santos Cruz (Organizadora)-Imperatriz, MA; Ética, 2012. p. 79-80.

DILLENBURG, Andreia Ines. **Aprendizagem e acessibilidade: travessias do aprender na universidade** / Sílvia Maria de Oliveira Pavão ... [et al.] organizadoras. Santa Maria : UFSM, Pró-Reitoria de extensão, pE.com, 2015. 497 : il. ; 20 cm. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/orgaos-executivos/caed/wp-content/uploads/sites/391/2018/10/Livro-aprendizagem-e-acessibilidade.pdf>>. Acesso em: 31 dez. 2019.

DINIZ, Sirley Nogueira de Faria. **O uso das novas tecnologias em sala de aula.** Disponível em: http://www.pucrs.br/ciencias/viali/doutorado/ptic/aulas/aula_2/187071.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.

EDUCERE. **História Da Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais: Desafios E Perspectivas Na Educação Inclusiva.** Grupo de Trabalho – Educação e Direitos Humanos. XII Congresso Nacional da Educação, PUC/PR, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21164_8380.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

EVANGELISTA, Olinda; MORAES, Maria Célia Marcondes; SHIROMA, Eneida Oto. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p.

FALCÃO, L. A. **Acessibilidade, Inclusão Social e Educação de Surdos: Um paradigma em foco.** Petropolis – RJ: Editora Arara Azul, 1ª edição, março-2007. Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade, 1ª Edição. Disponível em <<http://editora-arara-azul.com.br/site/edicao/78>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

FERREIRA, Luísa Bischof Justus. **Língua Brasileira De Sinais - Libras, Língua Natural Do Sujeito Surdo.** Grupo de Trabalho de Pesquisa: Diversidade e Inclusão, 2014. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18948_8134.pdf>. Acesso em: 22 de dez. 2019

IMPERATRIZ. Secretaria Municipal De Educação. **Dados sobre Educação Inclusiva e Salas de Recursos Multifuncionais**. Imperatriz, 2019. Disponível em: <<https://www.prefeituradeimperatriz.com.br/portal/noticias/educacao/inclusao.html>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

JUNIOR, Alberto da Cunha Bragato. **História Das Primeiras Instituições Públicas Na Formação Superior De Professores (1930-1939)**. Universidade De Uberaba, Programa De Mestrado Em Educação, Uberaba/MG, 2007. Disponível em: <<https://www.uniube.br/biblioteca/novo/base/teses/BU000112671.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 6ª ed. Porto Alegre: Medição, 2014. 95 p. 35.

LARROSA, Jorge. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. In.: Revista Brasileira da Educação. Nº 19, Jan/Fev/Mar/Abr, Rio de Janeiro: ANPED, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100003>. Acesso em: 03 jan. 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo : Moderna , 2003. — (Coleção cotidiano escolar). p. 48.

MARANHÃO. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Universidade Federal do Maranhão, São Luís – Ma 2007. Acesso em: 30 dez. 2019.

_____. **Um breve histórico da UFMA - campus Imperatriz**. Universidade Federal do Maranhão, 2019. Disponível em: <https://portais.ufma.br/PortalUnidade/imperatriz/paginas/pagina_estatica.jsf?id=858>. Acesso em: 30 dez. 2019.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulo: Cortez Editor, 2001. p. 29.

Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa/organizado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Bando de dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. - 2ed.rev. e aum. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. p. 727-760.

NEVES, Jane Marcia Brito das. **Meningites Bacterianas Agudas em crianças e adolescentes: fatores de risco para óbito ou seqüelas precoces**. Disponível em: <<https://posstrictosensu.iptsp.ufg.br/up/59/o/JaneMarcia-2005.pdf.pdf>>. Acesso em: 06 de jan. 2020.

OLIZAROSKI, Iara MikalHolland. **Trajetória Histórica Do Sujeito Surdo E Reflexões Sobre As Políticas Públicas Que Regem A Educação Do Surdo No Brasil**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/6/artigo_simposio_6_892_iaramikal@hotmail.com.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2019.

PEREIRA, Erica da Silva. **Por uma Geografia Cidadã: formação geográfica complementar para estudantes da apae de imperatriz**. Projeto de extensão, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA campus de Imperatriz, 2016.

PEREIRA, Graciele Kerlen. **LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)**. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/incluir/libras/curso_de_libras_-_graciele.pdf> Acesso em: 05 jan. 2020.

PEREIRA, Lígia Maria Leite. **Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias**. História Oral, 3, 2000, p. 117-27. Disponível em: <<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=26&path%5B%5D=20>>. Acesso em: 16 dez. 2019.

PERLIN, G. **Identidades Surdas**. In: SKLIAR (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, Ronice M. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília, DF: MEC, 2004.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A Entrevista na Pesquisa Qualitativa: Mecanismos Para A Validação Dos Resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006. 112 p. 17.

RUBIO, J. A. S., QUEIROZ, L. S. A aquisição da Linguagem e Integração Social: a LIBRAS como formadora de identidade do surdo. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, São Roque. v. 5, n.º 1, 2014. Acesso em: 23 dez. 2019.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 238.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 19.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009.

STROBEL, Karin L. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. 2008. 176 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. UFSC, Florianópolis.

Yin, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 21.